

APROXIMAÇÕES TEÓRICAS: REFLEXÕES SOBRE URBANISMO SOCIAL EM ÁREA DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM CASCAVEL/PR¹

BEDIN, Millena Fernanda.²
FIGUEIREDO, Maria Paula Fontana.³
DIAS, Solange Irene Smolarek.⁴

RESUMO

O presente trabalho dá continuidade ao estudo já elaborado por Bedin e Dias (2021), e se insere na linha de pesquisa de Arquitetura e Urbanismo, no grupo de pesquisa de Urbanismo. O assunto abordado se refere ao Planejamento Urbano Regional, sob os aspectos do Urbanismo Social e Políticas Urbanas e tem como tema a Análise Pós-Ocupacional de área do Programa Minha Casa Minha Vida. O objeto de estudo deste trabalho é o Conjunto Habitacional Riviera, localizado na região norte da cidade de Cascavel/PR. Como problema da pesquisa, questiona-se: é possível relacionar conceitos do Urbanismo Social com o Estudo de Caso? Como hipótese inicial supõe-se que, através de coleta de dados elaborada nos princípios do Urbanismo Social, é possível relacionar os conceitos com o caso estudado. O objetivo geral é definido em: relacionar as Aproximações Teóricas de Urbanismo Social com o Estudo de Caso do Conjunto Habitacional Riviera. Adota-se os princípios de João Sette Whitaker Ferreira, ao considerar que a situação habitacional brasileira reflete no modo em que as cidades são construídas, os espaços são distribuídos e os impactos ambientais são gerados. Através do encaminhamento metodológico dialético, elabora-se a fundamentação teórica, de modo a alcançar o objetivo geral. A análise de resultados corrobora a hipótese, concluindo que se pode correlacionar os fundamentos do Urbanismo Social com o Estudo de Caso – Conjunto Habitacional Riviera –, pois, a aplicação teórica auxilia no processo de participação popular, inclusão e, por conseguinte, contribui para a construção de uma cidade plural e integrada.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanismo Social, Habitação Social, Planejamento Urbano Regional, Políticas Públicas, Políticas Urbanas.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda o assunto de Planejamento Urbano Regional, sob os aspectos do Urbanismo Social e Políticas Urbanas, e tem como tema a Análise Pós-Ocupacional de área do Programa Minha Casa Minha Vida. O objeto de estudo deste trabalho é o Conjunto Habitacional Riviera, localizado na região norte da cidade de Cascavel - município situado no oeste do estado do Paraná (IPARDES, 2012). Justifica-se o presente trabalho devido necessidade de realização de Análise Pós-Ocupacional em áreas do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV – para que se

¹ A presente publicação dá continuidade à pesquisa iniciada e já socializada no evento 8º Simpósio de Sustentabilidade e Contemporaneidade do Centro Universitário FAG. Consultar Bedin e Dias (2021).

² Acadêmico de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAG. Elaborado na disciplina Trabalho de Curso: Defesa. E-mail: mf.bedin@hotmail.com

³ Professora coorientadora da presente pesquisa. Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FAG – Cascavel/PR. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela FAG. Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Toledo. Aluna especial no programa de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre. E-mail: mariapaulafigueiredo@hotmail.com

⁴ Professora orientadora da presente pesquisa. Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FAG – Cascavel/PR. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFPR. Mestre em Letras pela UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Cascavel. Doutora em Engenharia de Produção pela UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis. E-mail: solange@fag.edu.br

possa mensurar os impactos no cotidiano dos moradores dessas áreas e, também, compreender suas dinâmicas, carências e potencialidades. Ainda, o estudo serve como ferramenta para que se possa alcançar o objetivo 11 dos Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS –, que diz respeito a “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (IBGE, 2021).

Isto posto, a pesquisa parte do seguinte problema: é possível relacionar conceitos do Urbanismo Social com o Estudo de Caso? Para tal problema de pesquisa, formulou-se a hipótese de que, através de coleta de dados elaborada nos princípios do Urbanismo Social, é possível relacionar os conceitos com o caso estudado.

Com o propósito, portanto, de responder à questão levantada pela presente pesquisa, estrutura-se o seguinte objetivo geral: relacionar as Aproximações Teóricas de Urbanismo Social com o Estudo de Caso do Conjunto Habitacional Riviera. Para que o objetivo geral seja cumprido, formula-se os seguintes objetivos específicos: a) fundamentar o Urbanismo social e suas ferramentas para o desenvolvimento de Políticas Públicas; b) apresentar a história da habitação de interesse social no Brasil e sua inserção no meio urbano; c) apresentar a cidade de Cascavel e o Conjunto Habitacional Riviera; d) divulgar os dados coletados em pesquisa de campo ocorrida no Conjunto Habitacional Riviera; e) concluir, em resposta ao problema da pesquisa, validando ou refutando a hipótese inicial.

Assim, como fundamento norteador, tem-se o seguinte marco teórico:

Em todo o país, novos bairros surgem em áreas distantes e sem urbanização, alinhando centenas de casas idênticas e minúsculas, ou enfileirando torres habitacionais com sofrível padrão construtivo, e grande impacto sobre o meio ambiente. Em face disto, a pergunta que nos vem naturalmente é: quais os resultados que essa produção provocará no cenário urbano brasileiro nos próximos anos? (FERREIRA, 2012, p. 7)

Para que se possa alcançar a resposta ao problema de pesquisa, visando o atendimento ao objetivo geral e aos específicos, foi utilizado o encaminhamento metodológico dialético pois, para a dialética, “as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está ‘acabada’, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 101).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O URBANISMO SOCIAL COMO FERRAMENTA PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A conjuntura de planejamento urbano dos séculos XX e XXI foi delimitada por duas ideias divergentes: o desenho racional como fonte de produção de espaços de qualidade, defendido pelo modernismo ortodoxo; e o desenho espontâneo, que enfatiza que o desenvolvimento de uma cidade deve ser feito de modo natural (FERREIRA, 2012, p. 12). Diante disso, o arranjo espacial urbano da cidade global, firmado nas premissas racionais do urbanismo moderno, vê-se em crise, pois está alicerçado na segregação territorial, no apagamento da memória coletiva e, ainda, no esquecimento da importância da participação coletiva na estruturação das cidades.

Os problemas vividos pelas cidades brasileiras não tiveram início, somente, através da intensa urbanização e industrialização ocorridas entre os séculos XIX e XX no país. As adversidades que o meio urbano enfrenta, como enchentes, falta de saneamento básico, poluição dos meios naturais, exploração intensiva dos recursos finitos, falta de moradia e, também, precarização da forma de morar e a falta de habitação, deu-se desde o início da formação dos aglomerados urbanos no Brasil (MARICATO, 2013, p. 22). Logo, pode-se associar as mazelas da cidade brasileira do século XXI ao processo de urbanização segregador enraizado e, também, a falta de planejamento urbano respaldado nas necessidades reais dos cidadãos. A “euforia construtiva” que ocorreu no ano de 2010, por exemplo, com o surgimento exponencial de novos bairros por todo o Brasil, sem que houvesse preocupação na qualidade da urbanização ou na resolução da injustiça social materializada na cidade, é resultado histórico da formação social, econômica e urbana do Brasil (FERREIRA, 2012, p. 7).

A partir do colapso do Urbanismo Racional e da necessidade de novas alternativas para o espaço urbano, o Urbanismo Social surge como mecanismo para: reorganizar o território; criar redes de articulação entre a esfera pública e privada; elaborar estratégias para diversificar o meio urbano, a fim de estimular a inclusão de todos os cidadãos e, também, a prática da sustentabilidade; incentivar a participação popular nas discussões sobre a cidade e no desenvolvimento de projetos e políticas públicas (JÁUREGUI, 2010). Por isso, planos de ação como a Agenda de 2030 e abordagens como a

reestruturação de Medellín, o projeto Arquitetura na Periferia⁵ e o coletivo TransLAB.URB⁶, são primordiais para garantir o direito à cidade para todos. Com a aplicação dos conceitos relacionados ao Urbanismo Social, as ações desenvolvem políticas públicas que tem como foco a participação popular nas decisões de interesse público e a (re)democratização dos espaços e serviços (BEDIN; DIAS; 2021, p. 18).

2.1.1 A Agenda 2030: um caminho para a gestão urbana integrada

Formada por 17 objetivos, chamados de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável⁷ – ODS –, a Agenda 2030 estabelece compromisso na erradicação da pobreza extrema, combate à desigualdade e a injustiça, e a contenção das mudanças climáticas (IBGE, 2016). No Brasil, as discussões sobre os ODS seguiram na direção de que se deve construir ações integradas, a fim de evitar a fragmentação da aplicação das medidas e, por conseguinte, não chegar ao resultado que a Agenda 2030 propõe⁸ (ONU BRASIL, 2017b).

Dessa forma, pode-se estabelecer que a implementação dos ODS na gestão urbana é um grande passo no sentido da reestruturação do espaço, pois os ODS abrangem temas cruciais dentro dos municípios e servem como ferramenta para se elencar estratégias assertivas para resolução das questões urbanas (CNM, 2017).

⁵ O Arquitetura na Periferia teve início no ano de 2013 e está em prática na cidade de Belo Horizonte desde 2014 (ARQUITETURA NA PERIFERIA, 2021).

⁶ Situado na cidade de Porto Alegre, o coletivo TransLAB.URB apresenta resultados práticos – intervenções projetuais no espaço urbano – e teóricos – desenvolvimento de metodologias (TRANSLABURB, 2021).

⁷ Os 17 ODS consistem em: erradicação da pobreza (ODS 1); fome zero e agricultura sustentável (ODS 2); saúde e bem-estar (ODS 3); educação de qualidade (ODS 4); igualdade de gênero (ODS 5); água potável e saneamento (ODS 6); energia acessível e limpa (ODS 7); trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8); indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9); redução das desigualdades (ODS 10); cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11); consumo e produção responsáveis (ODS 12); ação contra a mudança global do clima (ODS 13); vida na água (ODS 14); vida terrestre (ODS 15); paz, justiça e instituições eficazes (ODS 16); parcerias e meios de implementação (ODS 17). É importante destacar que os ODS são integrados e indivisíveis, isto é, abrangem todo o conceito de sustentabilidade – economia, sociedade e ambiente – e não há possibilidade de se alcançar um objetivo sem que se consiga realizar outro (ONU BRASIL, 2017b).

⁸ Com o propósito de assegurar a abordagem integrada dos ODS durante as negociações internacionais pós-2015, o Brasil promoveu internamente um processo de coordenação amplo e participativo, envolvendo 27 Ministérios, representantes de governos locais e da sociedade civil em torno do Grupo de Trabalho Interministerial para a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 (GTI). No espírito da participação social que envolveu as negociações pós-2015, o GTI elaborou documento para orientar os negociadores brasileiros nas discussões do Grupo de Trabalho Aberto sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (GTA-ODS), constituído no âmbito da Assembleia-Geral das Nações Unidas cujas atividades foram concluídas em julho de 2014 (ONU BRASIL, 2017b).

2.1.2 Urbanismo Social Aplicado: O Urbanismo Social de Medellín; Arquitetura na Periferia: Belo Horizonte, Minas Gerais; TransLAB.URB: Porto Alegre, Rio Grande do Sul

A reestruturação de Medellín, uma das maiores cidades da Colômbia, serve como modelo para a prática do Urbanismo Social. A mudança de paradigma no planejamento urbano teve início na primeira década de XXI, sob o governo de Sergio Fajardo, e a partir de um contexto de injustiça na distribuição de terra, falta de acesso aos serviços básicos de infraestrutura, déficit na participação popular nas decisões políticas, falta de crédito e legitimidade do poder público e centro do narcotráfico, Medellín foi alvo de ações com o objetivo de reabilitar os espaços públicos e criar conexão entre as áreas formais e informais existentes no município (MONTROYA, 2014, p. 207-208). Logo, ao implementar em seu território ferramentas que ocasionaram a integração das áreas formais e informais – como a adoção do *Metrocable* que conecta as porções planificadas e as encostas –, maior acessibilidade aos serviços básicos, melhorias na educação, incentivo à cultura e ao lazer e enriquecimento das interações nos espaços públicos (MONTANER; MUXÍ; 2014, p. 139-141).

O projeto Arquitetura na Periferia tem a missão de “produzir e coletivizar informação e conhecimento fortalecendo vínculos comunitários por meio do protagonismo da mulher em toda a sua diversidade” (ARQUITETURA NA PERIFERIA, 2021). Ainda, visa incentivar o trabalho em comunidade – com atividades realizadas em grupo –, a autogestão – as mulheres integrantes participam de todo o processo e tomada de decisões – e a noção básica financeira⁹ (ARQUITETURA NA PERIFERIA, 2021).

O coletivo TransLAB.URB é uma iniciativa, com foco na cidade, que engloba três grandes eixos: cocriação e participação: a sociedade como protagonista nos projetos de interesse público; pedagogia urbana: com propósito de democratizar os saberes sobre a cidade e emponderar a sociedade em relação às temáticas urbanas; ativação urbana: ações culturais e tecnológicas em prol do estímulo do uso dos espaços urbanos (TRANSLABURB, 2021).

⁹ A educação financeira básica serve para auxiliar as mulheres a administrarem o dinheiro recebido através do microfinanciamento e, também, a gerenciarem os gastos relacionados à obra, como compra de materiais (GARCIA, 2020).

2.2 A HISTÓRIA DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL E SUA INSERÇÃO NO MEIO URBANO

Com o crescimento da população nos centros urbanos, a partir da virada do século XIX para o XX, tem-se o aumento da demanda por moradias. A busca por habitação era, em sua maioria, por aqueles que chegavam constantemente nas cidades: imigrantes que buscavam o Brasil, no período entreguerras, para recomeçar suas vidas e, também, trabalhadores do campo que procuravam emprego assalariado em prol do sustento de sua família. Assim, ao passo que a procura por território dentro das cidades brasileiras aumentava, seu preço também sofria acréscimos pois, por não existir investimentos estatais relacionados às questões de moradia durante a República Velha (1889-1930), a produção de habitação ficou nas mãos da iniciativa privada, que transformou a necessidade de moradia em uma rentável mercadoria (BONDUKI, 1994, p. 712).

A ausência do Estado em assuntos relacionados a habitação – interferência nas decisões referentes a propriedade privada ou na promoção de moradias populares – fez com que a população recém chegada nos centros urbanos ficasse à mercê de aluguéis abusivos e se instalasse em cortiços¹⁰ (BONDUKI, 1994, p. 713). No entanto, a insalubridade e precariedade, existentes em aglomerados urbanos menos abastados, fizeram com que surgissem epidemias pertinentes às condições de higiene e qualidade habitacional. A proliferação de doenças na cidade como um todo fez com que a elite e, por conseguinte, o Estado, adotassem medidas higienistas para conter o contágio. Assim, as políticas urbanas adotadas pela República Velha (1889-1930) objetivaram: a demolição de cortiços e expulsão das classes mais pobres dos centros, com a justificativa de controle sanitário e, a partir disso, “embelezar” essas áreas, para atrair investimentos estrangeiros, e ocupando-as, predominantemente, com comércio e serviços (ROSSATO; BOLFE; 2014, p. 203).

Com a Revolução de 1930 e Getúlio Vargas à frente de uma Nação intervencionista, a arquitetura da habitação tomou novas direções no Brasil. De acordo com Montezuma (2008, p. 72), “o presidente Vargas fez da moradia um elemento da sua política popular”. Logo, com o Estado protagonista das políticas públicas houve o desestímulo das ações privadas no país e, por conseguinte, a estatização da produção de moradia. Diante disso, houve redução do custo da habitação e dos

¹⁰ De acordo com Bonduki (1994, p. 713), os cortiços são, “pequenas células insalubres, de área reduzida e precárias condições habitacionais (...) consideradas o inimigo número 1 da saúde pública”.

salários dos trabalhadores¹¹ – estratégia que impulsionou à economia de base urbano-industrial – e como exemplo de intervenção do estatal nas questões de habitação, tem-se:

O congelamento dos aluguéis, em 1942; a criação das Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões - IAPs, em 1937, as primeiras instituições estatais a produzirem regularmente moradia; o Decreto-lei nº 58, de 1938, que regulamentou a venda de lotes à prestação e difundiu a pequena propriedade; a criação da Fundação da Casa Popular - FCP, em 1946, primeiro órgão federal habitacional do País (MONTEZUMA, 2008, p.72).

Diante do exposto, nas décadas de 1940 e 50 houve uma produção massiva de habitação social no Brasil. Com influência da Arquitetura moderna, a racionalidade e padronização no processo foram premissas seguidas, com o intuito de baratear, industrializar e verticalizar a habitação. Obras correspondentes a esse período estão espalhadas pelo país, como: o Conjunto Residencial Realengo, de Carlos Frederico Ferreira, na cidade do Rio de Janeiro; o Conjunto Residencial Del Castillo, pelo IAPI¹², também no Rio de Janeiro; e o Conjunto Residencial Passo d'Areia, pelo IAPI, em Porto Alegre (MONTEZUMA, 2008, p.73-75). Entretanto, apesar de ter produzido conjuntos residenciais de grande relevância, as carteiras prediais dos IAPs não tinham como objetivo enfrentar o problema de habitação no país. Essas instituições previdenciárias atuavam perante a necessidade de investir os fundos de reserva da Previdência Social para resguardar seu valor (BONDUKI, 1994, p. 718).

Dessa forma, no ano de 1946 houve a criação da Fundação da Casa Popular (FCP)¹³, que preconizou o desenvolvimento de um modelo de política habitacional brasileira. No entanto, as regras de financiamento estabelecidas, a falta de recursos e estruturação de uma estratégia, a FCP teve uma pequena produção de moradias (SHIMBO, 2010, p. 66). O Banco Nacional da Habitação (BNH), por sua vez, foi criado após o golpe de 1964, pela Lei nº 4.380 de 21 de agosto de 1964. De acordo com Villaça (1986, p. 29):

O BNH foi inicialmente constituído com um capital de 1 bilhão de cruzeiros antigos e sua principal fonte de recursos era a arrecadação compulsória de 1% do valor da folha de pagamento mensal de todas as empresas sujeitas ao regime de CLT do país. A partir de 1966 (Lei nº 5.107) foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e implantado o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (cadernetas de poupança). O BNH passou então a gerir

¹¹ Empresários brasileiros começaram a ter interesse em estratégias de desenvolvimento de habitação popular, para que os gastos em aluguéis fossem reduzidos e, então, pudessem diminuir os salários dos trabalhadores (ROSSATO; BOLFE; 2014, p. 204).

¹² Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (MONTEZUMA, 2008, p.74)

¹³ Criada em 1946, pelo governo Dutra, a Fundação da Casa Popular, foi uma alternativa, do Estado, à crise de moradia no pós-Segunda Guerra Mundial. Além disso, o único objetivo da FCP é a edificação de moradias para a população de baixa renda (BONDUKI, 1994, p. 717-725).

os recursos captados por esses mecanismos, tornando-se o segundo maior banco do país, superado apenas pelo Banco do Brasil (VILLAÇA, 1986, p. 29).

Embora o grande propósito do BNH fosse legitimar o governo ditatorial e amenizar as pressões por habitação, tal iniciativa marcou o início de uma nova etapa em relação a produção de moradia popular e, ainda, um novo rumo econômico no Brasil: a associação entre o capital industrial e o capital bancário, no setor da construção habitação. Isto posto, precedido por um Sistema de Financeiro da Habitação (SFH) administrado por um banco, não mais órgãos previdenciários, o BNH objetivou, a priori: produzir habitação em massa; incentivar a construção civil e, por conseguinte, aquecer a economia brasileira; impulsionar o acúmulo de capital mediante a produção e venda de casa própria (VILLAÇA, 1986, p. 32).

Todavia, a acumulação aconteceu de maneira extremamente concentrada, tanto no âmbito espacial quanto no socialmente¹⁴ (ROSSATO; BOLFE; 2014, p. 208). No final da década de 1960, o BNH já não mais possuía recursos e incentivos para financiar casas para a população com menos de três salários mínimos e, ainda, havia dificuldades para o atendimento até da população com renda mensal entre três e cinco salários mínimos. Entre 1969 e 1973, verifica-se que o foco de financiamento foi direcionado à construção de apartamento para populações das classes média e alta, o que gerou saturação no mercado imobiliário e fez com que a procura por esse setor diminuísse drasticamente. Como consequência, “o BNH é levado a atender aos interesses do setor pesado da construção civil, que não é o de edificações, mas o de grandes obras de infra-estrutura (*sic*) urbana e regional (...)”, e essa mudança de curso preparou o caminho para a expansão da indústria pesada da construção civil, deixando de lado a questão da habitação (VILLAÇA, 1986, p. 37).

A conjuntura habitacional da Nova República, no ano de 1985, era de inadimplência, baixo desempenho social e crise no sistema de financiamento. O governo de José Sarney (1985) adotou medidas profundas que indicavam a reformulação da estrutura do BNH. Porém, devido a falta de consenso e complexidade do problema, o BNH foi extinto e com seu término, a situação referente a moradia se agravou no país, pois o déficit ainda não havia sido resolvido. A Constituição de 1988 trouxe a obrigatoriedade do Plano Diretor aos municípios com mais de 20.000 habitantes, tornou a problemática fundiária urbana assunto constitucional e fez com que os governos municipais

¹⁴De acordo com Rolnik *et al* (2011, p. 125) “avaliação qualitativa da inserção urbana dos terrenos realizada no âmbito do próprio BNH em 1985 revelou que menos de 10% dos terrenos adquiridos para a construção de conjuntos habitacionais estavam situados dentro da malha urbana ou imediatamente contíguos a ela, dotados de acesso a transporte e servidos pelo menos por abastecimento de água e energia elétrica”.

desenvolvessem ou reforçassem diretrizes de planejamento¹⁵ (ROSSATO; BOLFE; 2014, p. 209-210).

Sob o governo de Fernando Collor de Mello, em 1990, a crise habitacional se intensificou ainda mais, pois os programas destinados à moradia convergiam em direção ao capital imobiliário privado. Apenas em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, houve a criação e estruturação de uma Política Nacional de Habitação e, nos anos subsequentes, ocorreu o desenvolvimento de programas como: o Pró-Moradia – voltado a urbanização de áreas precárias –; Programa de Arrendamento Residencial (PAR) – direcionado a produção de moradias para arrendamento –; e o Projeto Moradia – proposta a fim de solucionar a questão de habitação brasileira –. A partir de 2003, a política habitacional foi conduzida com foco na inclusão de esferas omitidas do direito à cidade, ou seja, àqueles que não possuíam moradia de qualidade e acesso aos serviços de infraestrutura básica. Luís Inácio Lula da Silva, presidente da época, implementou o Ministério das Cidades e, com a aprovação do Plano Nacional de Habitação (PNH), em 2004, pelo Conselho das Cidades, é proposto a criação do Sistema Nacional de Habitação (SNH), com ênfase no planejamento habitacional. Nos anos seguintes, os financiamentos e investimentos em moradia destinadas a população de baixa renda foram elevados. Em 2007, o Governo Federal anunciou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e em 2009 o presidente Lula anunciou a criação do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), com objetivo de construir 1 milhão de residências (ROSSATO; BOLFE; 2014, p. 210-211).

O desenvolvimento de políticas públicas para a produção de moradia, ao longo da segunda metade do século XX, foi de grande interesse por parte de inúmeros gestores. Por sua vez, a política habitacional brasileira desse período nunca atendeu às populações com renda inferior a cinco salários mínimos¹⁶. Logo, já no início do século XXI, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), foi desenvolvido para contemplar as camadas com renda abaixo de três salários mínimos com moradias de interesse social e, para àqueles com renda acima de três salários mínimos, ocorreu a criação de mecanismos financeiros com o intuito de viabilizar a construção civil. Entretanto, os padrões instituídos para a produção de habitação pelo PMCMV possuem exigências brandas e resultam em um cenário de incerteza em relação ao sucesso do programa (FERREIRA, 2012, p. 23-25).

¹⁵O capítulo de Política Urbana da Constituição de 1988 – artigos 182 e 183 – é fruto de uma grande mobilização feita pelo Movimento Nacional pela Reforma Urbana (ROLNIK; CYMBALISTA; NAKANO; 2011, p. 130).

¹⁶No ano de 2008, a população com renda inferior a cinco salários mínimos concentrava 90% do déficit habitacional brasileiro (FERREIRA, 2012, p.23)

Com a posse de Jair Bolsonaro, o Ministério das Cidades foi extinto e suas funções foram destinadas ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). No ano de 2020, o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) anunciou o Programa Casa Verde e Amarela (PCVA), substituto do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). O Programa Casa Verde e Amarela objetiva a promoção de melhorias no âmbito da habitação, a regularização fundiária e o aluguel social. Porém, devido à rigidez da política fiscal, a produção de novas moradias à população de baixa renda fica comprometida (RODRIGUES, 2021, p. 151).

2.3 A CIDADE DE CASCAVEL E O CONJUNTO HABITACIONAL RIVIERA

2.3.1 Uma breve história de Cascavel e apresentação do perfil do município

A região da cidade de Cascavel foi encontrada no mesmo período do achamento e colonização do território brasileiro pelos portugueses. Os índios que ali habitavam eram alvo da procura por mão-de-obra escrava e a localização da cidade serviu como ponto de parada pelos bandeirantes que cruzavam o território de norte a sul¹⁷. A priori, não houve interesse por parte dos bandeirantes, naquela época, de firmar raízes nessa área e Cascavel tornou-se distrito apenas em 1938, com a chegada de colonos sulistas – em sua maioria descendentes europeus –, que iniciaram a exploração da madeira, cultivo agrícola e criação de suínos¹⁸ (DIAS *et al*, 2005, p.55-61).

A emancipação da cidade ocorreu em 14 de dezembro de 1952 – mesmo ano da emancipação de sua vizinha, a cidade de Toledo –, desmembrando-se da antiga sede, Foz do Iguaçu. No final da década de 1970, com o encerramento do ciclo da madeira, houve o início da industrialização da cidade e o aumento da atividade agropecuária – a localização e condição topográfica da cidade privilegiam a produção agrícola (CASCAVEL, p. 1-2, 2021).

O município de Cascavel está localizado na região oeste do estado do Paraná, em área denominada Mesorregião Oeste do Paraná. A Mesorregião Oeste do Paraná é dividida em três microrregiões: a microrregião de Cascavel; microrregião de Foz do Iguaçu; e Microrregião de Toledo. A microrregião de Cascavel é composta por 18 municípios (CASCAVEL, 2010, p. 8-9).

¹⁷A região da atual cidade de Cascavel abrigava, em sua origem, entroncamento de várias trilhas abertas por ervateiros, tropeiros e militares, o que possibilitou seu surgimento e rápida expansão (MUNICÍPIO DE CASCAVEL, p. 1, 2021).

¹⁸No contexto do surgimento de Cascavel, o ciclo econômico da erva-mate já havia sido substituído pelo extrativismo da madeira (DIAS *et al*, 2005, p. 61).

No ano de 2021, a autoridade municipal eleita foi Leonaldo Paranhos da Silva. A cidade possui população estimada de 336.073 mil habitantes (2021) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,782 (2010) (IPARDES, 2021). E, ainda, Cascavel é “conhecida como a Capital do Oeste Paranaense, por ser o pólo (*sic*) econômico da região e um dos maiores municípios do Paraná” (CASCABEL, p. 2, 2021).

2.3.2 Conjunto Habitacional Riviera

O Conjunto Habitacional Riviera está localizado na região norte da cidade de Cascavel, no bairro Floresta e inserido no loteamento Riviera (CASCABEL, 2016). É composto por 2.089 unidades habitacionais, segmentadas em casas e apartamentos. Além das moradias, o empreendimento abriga uma escola municipal, dois Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI –, uma unidade básica de saúde, um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – e salão comunitário, com área de lazer infantil, quadra de futsal e pista de caminhada. O residencial foi construído pela Village Construções, faz parte da faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida e foi entregue no ano de 2017 (VILLAGE CONSTRUÇÕES, 2021). Visualiza-se, através de imagem aérea, o Conjunto Habitacional Riviera na Figura 1.

Figura 1 – Vista aérea do Conjunto Habitacional Riviera



Fonte: Village Construções (2021).

A entrega dos imóveis ocorreu no ano de 2017 e 2.089 cidadãos foram contemplados. A seleção se deu por meio de critérios socioeconômicos previstos no Programa Minha Casa, Minha Vida e, também, através de sorteio. As casas – com 45m² – e apartamentos – de 44 a 45m² – foram destinados a famílias com renda mensal de até R\$ 1,6 mil, e as parcelas variam entre R\$ 25,00 a R\$ 80,00, pelo tempo de 10 anos (CATV, 2017).

3. METODOLOGIA

Para atender aos objetivos específicos deste trabalho, a metodologia foi construída em duas etapas: fundamentação teórica e pesquisa de campo. A fundamentação teórica – encontrada no item 2 deste artigo – foi elaborada a partir de revisão bibliográfica e pesquisa exploratória que, para Gil (2008, p.27), “(...) têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias (sic), tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Quanto a pesquisa de campo, sua realização ocorreu a partir da aplicação de questionário de Análise Pós-Ocupacional, elaborado no ano de 2018, na disciplina de Estágio de Urbanismo, do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz. O questionário, direcionado aos moradores, é composto por sete questões¹⁹: 1) Como você avalia a localização do Riviera em relação ao centro?; 2) No seu ponto de vista, o Riviera fornece aos moradores todos os serviços como farmácia e supermercados?; 3) Com que frequência você precisa se deslocar ao centro para a realização de suas atividades cotidianas?; 4) Em qual bairro você trabalha? Quanto tempo você demora para percorrer o percurso de casa ao trabalho? Qual é o meio de transporte?; 5) Qual é o seu grau de conhecimento das ruas e localidades da região norte da cidade?; 6) Em qual bairro você morava antes de se mudar para o Riviera?; 7) Para você a mudança foi: positiva ou negativa? (SIMIONI et al, 2018).

Para a aplicação do questionário, foi estipulado que as entrevistas deveriam ser feitas a somente um morador por casa ou apartamento. Com base nisso, foi efetuado o Cálculo de Amostragem para Populações Finitas de Gil²⁰ (2008), a fim de encontrar o número de questionários a serem realizados no Conjunto Habitacional Riviera. E, para assegurar a confiabilidade da pesquisa, foram adotados os

¹⁹ As questões que compõem o questionário de Análise Pós-Ocupacional foram elaboradas objetivando a análise de aspectos regionais, socioeconômicos e de infraestrutura (SIMIONI et al, 2018).

²⁰ Utilizou-se o Cálculo de Amostragem para Populações Finitas, pois o tamanho da população – quantidade de casas e apartamentos situados no Conjunto Habitacional Riviera – não ultrapassa a 100.000 (GIL, 2008, p. 97).

critérios de margem de erro máximo de 7% e 93% de confiança, resultando em uma mostra de 158,50²¹ questionários a serem aplicados (GIL, 2008, p. 97). A Figura 2 apresenta a fórmula utilizada para o cálculo, e a Figura 3 a resolução para identificação da amostragem.

Figura 2 – Fórmula do Cálculo de Amostragem para Populações Finitas de Gil (2008)

$$n = \frac{\sigma^2 p \cdot q \cdot N}{e^2(N - 1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q}$$

Onde:
 n = Tamanho da amostra
 σ^2 = Nível de confiança escolhido, expresso em número de desvios-padrão
 p = Percentagem com a qual o fenômeno se verifica
 q = Percentagem complementar
 N = Tamanho da população
 e^2 = Erro máximo permitido

Fonte: Gil (2008, p. 97). Adaptado pela autora.

Figura 3 – Resolução para identificação da amostragem

$$n = \frac{2^2 70 \cdot 30 \cdot 2089}{7^2(2089 - 1) + 2^2 \cdot 70 \cdot 30} \therefore n = \frac{17.547.600}{110.712} \therefore n = 158,4977$$

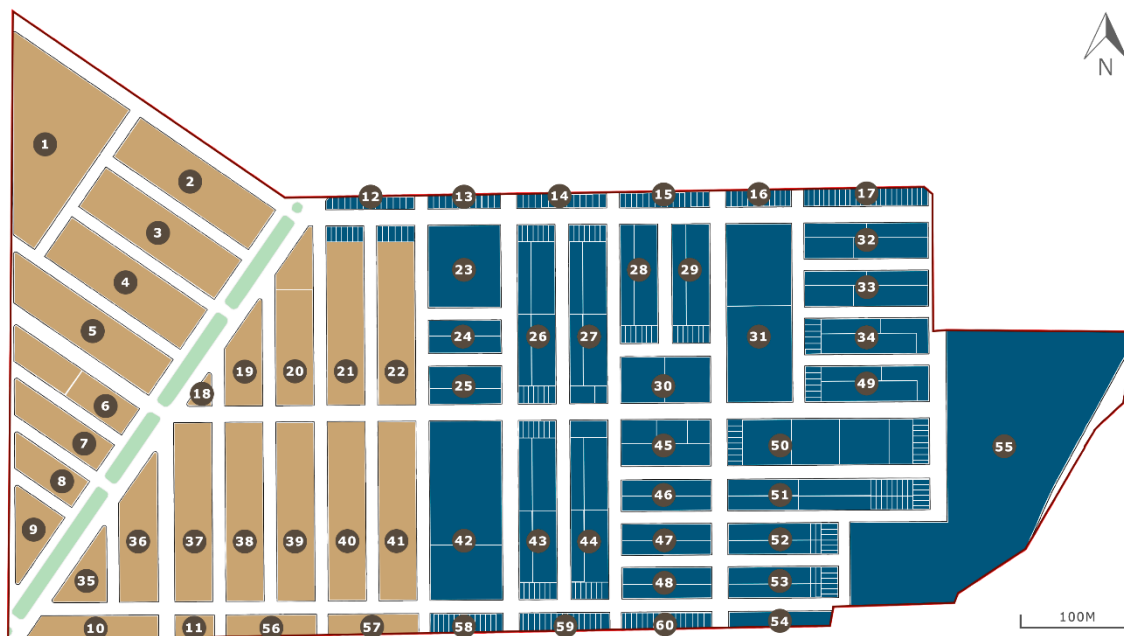
Fonte: Gil (2008, p. 97). Adaptado pela autora.

Definido o tamanho da amostra, delimitou-se através de mapa, com o auxílio da plataforma Geoportal Cascavel (2021) e Google Maps (2021), o perímetro do loteamento Riviera. Em seguida, todas as quadras foram numeradas e aquelas pertencentes ao Conjunto Habitacional Riviera foram destacadas na cor azul – conforme Figura 4 –. Posteriormente, identificou-se as áreas de utilidade pública (UP) e equipamentos comunitários, assim como, as quadras e lotes não ocupados. Esse processo foi feito para que apenas áreas edificadas – e pertencentes ao conjunto habitacional – fizessem parte do sorteio. Então, respectivamente, foram selecionadas, de modo aleatório: as quadras; os lotes; casas e/ou apartamentos. Os sorteios foram feitos com o auxílio do aplicativo Microsoft Excel²², e após seleção aleatória das 160 casas e/ou apartamentos, foi discriminado o endereço de cada unidade habitacional.

²¹ O cálculo de amostragem resultou em um número de 158,4977 questionários e foi arredondado para 160 para realização das entrevistas em campo.

²² MICROSOFT. **Microsoft Office Excel**. Versão 16.0. [s.l.]: Microsoft Corporation, 2019.

Figura 4 – Perímetro do loteamento Riviera, com suas quadras numeradas e área do Conjunto Habitacional Riviera destacado



Fonte: Geoportal Cascavel (2021). Adaptado pela autora.

Previamente a ida a campo, efetuou-se treinamento com todos os pesquisadores voluntários, a fim de explanar sobre cada item do questionário de Análise Pós-Ocupacional (SIMIONI et al, 2018), esclarecer dúvidas sobre o andamento das entrevistas e, ainda, apresentar a área a ser percorrida e cronograma proposto. Após a preparação, o trabalho de campo foi dividido em quatro datas, durante dois finais de semana, nos seguintes dias: 4, 5, 10 e 11 de julho de 2021. Desta forma as 160 entrevistas foram feitas e os dados coletados de cada pergunta da Análise Pós-Ocupacional foram tabulados no aplicativo Microsoft Excel.

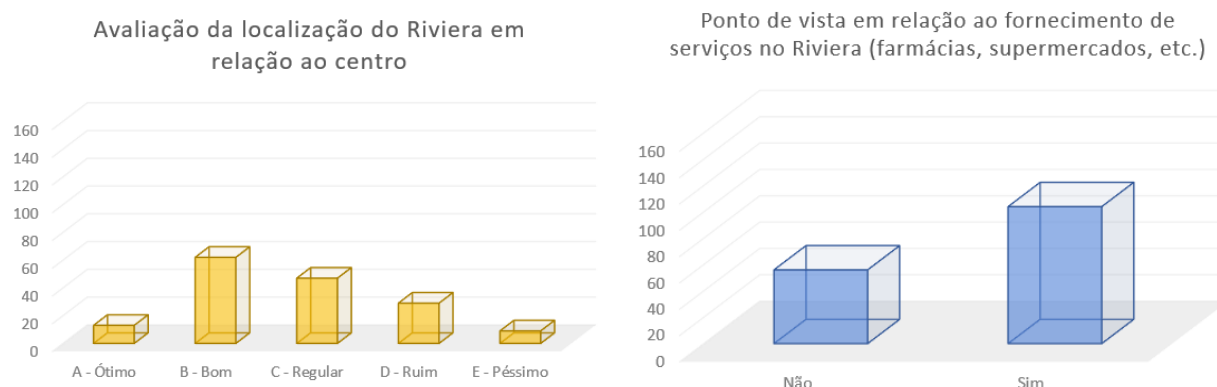
4. RESULTADOS E SUAS DISCUSSÕES

4.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS: ANÁLISE PÓS-OCUPACIONAL DO CONJUNTO HABITACIONAL RIVIERA

Diante da realização de pesquisa de campo – descrita no título 3 deste artigo –, apresenta-se neste subtítulo os dados obtidos. A Figura 5, apresenta as respostas referentes as questões 1 e 2 do questionário de Análise Pós-Ocupacional, que dizem, respectivamente: 1) como você avalia a

localização do Riviera em relação ao centro? 2) No seu ponto de vista, o Riviera fornece aos moradores todos os serviços como farmácia e supermercados?

Figura 5 – Avaliação da localização do Riviera em relação ao centro e ponto de vista em relação ao fornecimento de serviços no Riviera

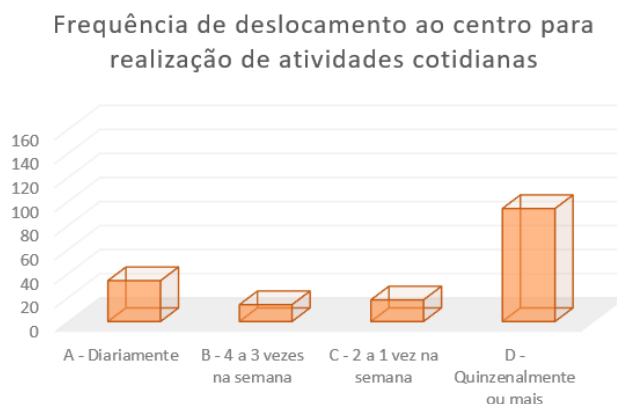


Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Em relação a avaliação da localização do Conjunto Habitacional Riviera em relação ao centro (A), dos 160 entrevistados, 13 (8,13%) responderam que acham ótimo; 62 (38,75%) disseram que acham bom; 47 (29,38%) pessoas relataram que consideram ser regular; 29 (18,13%) entrevistados julgaram ser ruim; e 9 (5,63%) responderam que acham péssimo. Sobre o ponto de vista dos moradores em relação ao fornecimento de serviços no Riviera – supermercados, farmácias, bancos, etc. –, das 160 pessoas questionadas, 56 (35%) disseram o Riviera não fornece aos moradores todos os serviços e 104 (65%) responderam que há o fornecimento de todos os serviços no conjunto habitacional.

Na Figura 6, pode-se visualizar os dados obtidos no item 3 do questionário, que diz: 3) com que frequência você precisa se deslocar ao centro para a realização de suas atividades cotidianas? Dos 160 entrevistados, constata-se que 34 (21,25%) pessoas responderam que se deslocam até o centro da cidade diariamente; 14 (8,75%) disseram que vão até a região central de quatro a três vezes na semana; 18 (11,25%) afirmaram ir de duas a uma vez na semana; e 94 (58,75%) moradores informaram que se dirigem até o centro quinzenalmente ou mais.

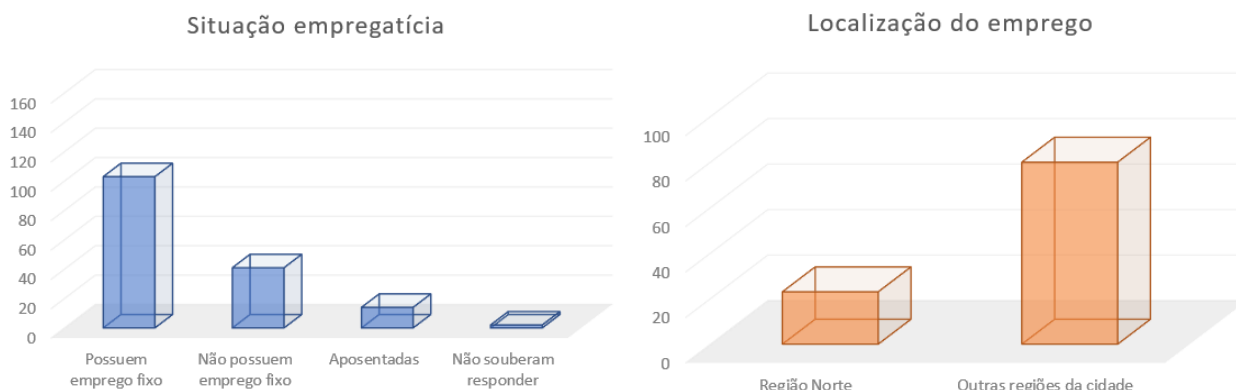
Figura 6 – Frequência de deslocamento ao centro para realização de atividades cotidianas



Fonte: elaborado pela autora (2021).

No que se refere a questão 4 do questionário aplicado, o item é dividido em três perguntas: em qual bairro você trabalha? Quanto tempo você demora para percorrer o percurso de casa ao trabalho? Qual é o meio de transporte? Com isso, a questão 4 foi segmentada em quatro resultados, que são visualizados na Figura 7 e na Figura 8.

Figura 7 – Situação empregatícia e localização do emprego



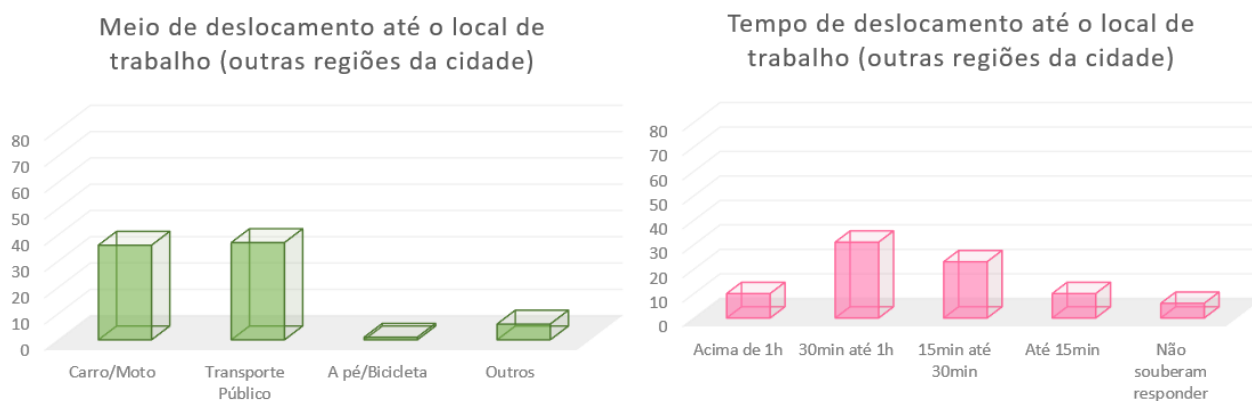
Fonte: elaborado pela autora (2021).

Na Figura 7, em relação a situação empregatícia, tem-se que: dos 160 moradores entrevistados, 103 (64,37%) responderam que possuem emprego fixo, 41 (25,62%) afirmaram que não possuem emprego fixo, 14 (8,75%) são aposentados e 2 (1,25%) moradores não souberam responder à questão. Acerca da localização do emprego²³, observa-se o seguinte índice: dos 103 residentes do conjunto

²³ Índice de moradores que possuem emprego na região norte de Cascavel/PR – porção da cidade em que está localizado o Conjunto Habitacional Riviera – e àqueles que trabalham em outras regiões da cidade.

que possuem emprego fixo, 23 (22,33%) responderam que possuem emprego na região norte e 80 pessoas (77,67%) responderam que possuem emprego em outras regiões da cidade.

Figura 8 – Meio de deslocamento até o local de trabalho em outras regiões da cidade e tempo de deslocamento até o local de trabalho, quando em outras regiões da cidade

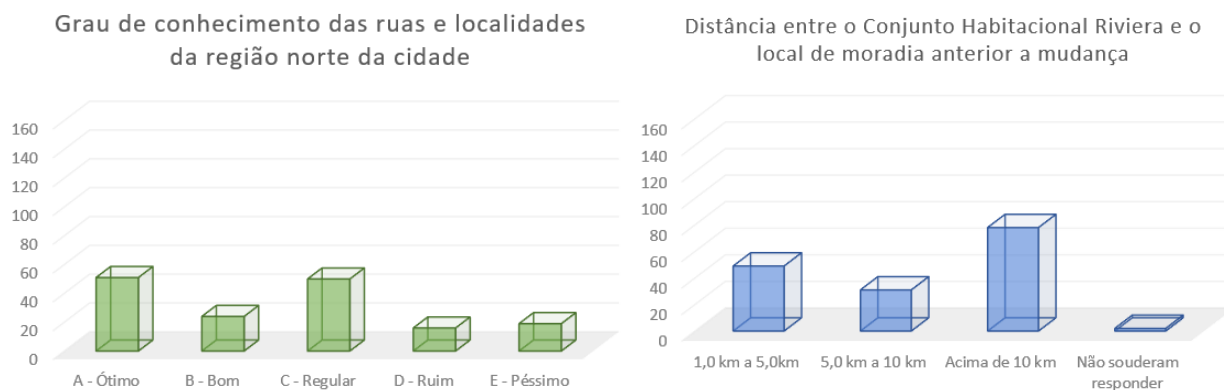


Fonte: elaborado pela autora (2021).

Quanto ao meio de deslocamento até o local de trabalho em outras regiões da cidade – aqueles que possuem emprego fixo fora do perímetro da região norte – visualiza-se que, das 80 pessoas que possuem emprego em outras regiões da cidade: 36 (45%) fazem seu deslocamento de carro ou moto; 37 (46,25%) utilizam transporte público; 1 (1,25%) pessoa afirmou que vai ao trabalho a pé ou de bicicleta; e 6 (7,50%) moradores se deslocam de outras maneiras. Logo, em relação ao tempo de deslocamento até o local de trabalho, quando em outras regiões da cidade, dos 80 moradores que se encaixam nessa modalidade, 10 (12,5%) responderam que demoram acima de 1 hora para chegarem ao trabalho; 31 (38,75%) relataram que levam de 30 minutos a 1 hora; 23 (28,75%) afirmaram que despendem de 15 a 30 minutos no deslocamento; 10 (12,5%) moradores disseram que gastam até 15 minutos para chegar ao local do emprego; e 6 (7,50%) pessoas não souberam responder qual é o tempo de deslocamento até seus locais de trabalho.

A Figura 9 expõe os dados referentes as questões 5 e 6 do questionário de Análise Pós-Ocupacional, e indagam, respectivamente: 5) Qual é o seu grau de conhecimento das ruas e localidades da região norte da cidade? 6) Em qual bairro você morava antes de se mudar para o Riviera?

Figura 9 – Grau de conhecimento das ruas e localidades da região norte da cidade e distância entre o Conjunto Habitacional Riviera e o local de moradia anterior a mudança



Fonte: elaborado pela autora (2021).

A respeito do grau de conhecimento das ruas e localidades da região norte da cidade, dos 160 moradores do Conjunto Habitacional Riviera que responderam ao questionário, constata-se que: 51 (31,88%) consideram ótimo; 24 (15%) julgam ser bom; 50 (31,25%) moradores disseram ser regular; 16 (10%) acha ruim; e 19 (11,88%) pessoas consideram seu grau de conhecimento das ruas e localidades da região norte péssimo. Quanto a distância entre o Conjunto Habitacional Riviera e o local de moradia anterior a mudança, dos 160 entrevistados: 49 (30,63%) vieram de localidades entre 1 quilômetro (km) a 5 quilômetros (km) de distância do conjunto Riviera; 31 (19,38%) moradores vieram de áreas da cidade entre 5 a 10 quilômetros (km) de distância; 78 (48,75%) pessoas moravam anteriormente a mais de 10 quilômetros de distância do Conjunto Habitacional Riviera; e 2 (1,25%) entrevistados não souberam afirmar o local exato em que residiam antes da mudança.

Isto posto, a questão número 7 indaga: para você a mudança foi: positiva ou negativa? A partir disso, os dados obtidos através da tabulação das respostas do item 7 do questionário podem ser visualizados na Figura 10.

Figura 10 – Ponto de vista em relação a mudança para o Riviera



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Conforme apresentado na Figura 10, sobre o ponto de vista em relação a mudança para o Riviera, tem-se os seguintes índices: dos 160 moradores participantes, 141 (88,13%) consideram positiva a mudança para o Conjunto Habitacional Riviera; 13 (8,13%) moradores acham que foi negativa; e 6 (3,75%) não souberam responder.

5. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Na Introdução apresentou-se assunto, tema, problema e hipóteses iniciais da pesquisa. Justificou-se o presente trabalho devido necessidade de realização de Análise Pós-Ocupacional em áreas do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV – para que se possa mensurar os impactos no cotidiano dos moradores dessas áreas e, também, compreender suas dinâmicas, carências e potencialidades. Ainda, o estudo serve como ferramenta para que se possa alcançar o objetivo 11 dos Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS –, que diz respeito a “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (IBGE, 2021). Apresentou-se o método científico dialético que, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 101), para “as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está ‘acabada’, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro”.

Introduzidos os elementos que estruturaram a pesquisa, o desenvolvimento da mesma consistiu na estruturação do embasamento teórico. Ainda, resgatando-se o problema da pesquisa, indagou-se: é possível relacionar conceitos do Urbanismo Social com o Estudo de Caso? Pressupôs-se, como hipótese que: através de coleta de dados elaborada nos princípios do Urbanismo Social, é possível

relacionar os conceitos com o Estudo de Caso. Diante disso, definiu-se como objetivo geral relacionar as Aproximações Teóricas de Urbanismo Social com o Estudo de Caso do Conjunto Habitacional Riviera. E para que tal objetivo fosse atingido, elencaram-se os seguintes objetivos específicos: a) fundamentar o Urbanismo social e suas ferramentas para o desenvolvimento de Políticas Públicas; b) apresentar a história da habitação de interesse social no Brasil e sua inserção no meio urbano; c) apresentar a cidade de Cascavel e o Conjunto Habitacional Riviera; d) divulgar os dados coletados em pesquisa de campo ocorrida no Conjunto Habitacional Riviera; e) concluir, em resposta ao problema da pesquisa, validando ou refutando a hipótese inicial; f) propor trabalhos futuros; g) divulgar os resultados da pesquisa em meios acadêmicos.

No subtítulo 2.1, o trabalho abordou o Urbanismo Social como ferramenta para a elaboração de Políticas Públicas²⁴. Dessa forma, no item 2.1 foi atingido o objetivo específico a). Quanto ao objetivo específico b), o mesmo foi atingido no subtítulo 2.2, que explanou sobre a história da habitação de interesse social no Brasil e sua inserção no meio urbano. No que diz respeito ao objetivo específico c), considera-se que o mesmo foi atingido pelo subtítulo 2.3, em que foi apresentado a cidade de Cascavel e o Conjunto Habitacional Riviera. Quanto ao quarto objetivo específico – item d) –, foi atingido no subtítulo 4.1. O quinto objetivo específico – item e) – foi atingido no título 5 deste trabalho.

Neste sentido, tendo sido verificados, analisados e considerados atingidos os objetivos específicos no decorrer da pesquisa e tendo como conceito o fato de que estes foram desenvolvidos para o atingimento do objetivo geral, considera-se como atingido o objetivo geral, estando o tema proposto apto para ser desenvolvido em outras áreas de sua atuação e utilizado seu referencial teórico.

No decorrer do trabalho, ao analisar o embasamento teórico obtido, percebeu-se que, como visto no subtítulo 2.2 deste trabalho, o espaço urbano brasileiro é historicamente desigual. A história da habitação de interesse social é composta, até o século XX, por medidas que priorizavam a propriedade privada, visto que, as questões de moradia eram responsabilidade de cada indivíduo, não do Estado²⁵. Somente a partir de 1930, com o governo intervencionista de Getúlio Vargas, políticas relacionadas à habitação social foram desenvolvidas. Governos e anos se passaram. Programas e políticas foram criados – Fundação da Casa Popular (FCP), Banco Nacional de Habitação (BNH), Pró-Moradia, Programa Minha Casa, Minha Vida e Programa Casa Verde e Amarela –, porém, até o

²⁴ Tema de artigo científico já socializado no evento 8º Simpósio de Sustentabilidade e Contemporaneidade do Centro Universitário FAG. Consultar Bedin e Dias (2021).

²⁵ Estado Federativo Brasileiro.

ano de 2021, as mazelas que permeiam a situação habitacional brasileira não foram resolvidas. Diante disso, constatou-se que aplicar os fundamentos do Urbanismo Social e, ainda, utilizá-lo como ferramenta, é primordial para retirar o cidadão do papel espectador e elevá-lo como protagonista da cidade. Planos de ação como a Agenda de 2030 e abordagens como a reestruturação de Medellín, o projeto Arquitetura na Periferia e o coletivo TransLAB.URB, são imprescindíveis para assegurar o Direto à Cidade para todos, pois enfatizam a importância da participação popular nas decisões, acompanhamento e gestão da cidade.

Portanto, de acordo com a metodologia da pesquisa, pressupõe-se que a discussão dos resultados requer uma interpretação do pesquisador. Desta forma, respondendo ao problema da pesquisa, com base nos referenciais teóricos obtidos constata-se, em conclusão, através de coleta de dados elaborada nos princípios do Urbanismo Social, que é possível relacionar os conceitos com o Estudo de Caso. Dessa forma, está aceita a hipótese de que se pode correlacionar os fundamentos do Urbanismo Social com o Estudo de Caso – o Conjunto Habitacional Riviera –, justo porque, a aplicação de tais teorias auxilia no processo de participação popular, inclusão de todas as camadas nas discussões sobre o espaço urbano e, por conseguinte, contribui para a construção de uma cidade plural e integrada.

A partir do estudo teórico do Urbanismo Social e sua vinculação com empreendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida e da apresentação dos dados obtidos na aplicação de questionário de Análise Pós-Ocupacional no Conjunto Habitacional Riviera, sugere-se o desenvolvimento de trabalhos futuros, quais sejam: a) adotar o urbanismo social como técnica de valorização urbana em áreas do Programa Minha Casa, Minha Vida – a partir do ano de 2020 reformulado e denominado Programa Casa Verde e Amarela; b) adotar o urbanismo social como técnica de (re)valorização urbana em áreas de centros históricos; c) Analisar a inserção de áreas do Programa Minha Casa, Minha Vida – a partir do ano de 2020 reformulado e denominado Programa Casa Verde e Amarela – nos centros urbanos e, ainda, os impactos gerados no cotidiano dos moradores.

REFERÊNCIAS

ARQUITETURA NA PERIFERIA. Disponível em: <<https://arquiteturanaperiferia.org.br/>>. Acesso em: 8 maio 2021.

BEDIN, Millena Fernanda. DIAS, Solange Irene Smolarek. Fundamentos arquitetônicos: a importância do urbanismo social como ferramenta para elaboração de políticas públicas. In: Simpósio de Sustentabilidade, 8., 2021, Cascavel. **Anais 2021**. Cascavel: Centro Universitário da

Fundação Assis Gurgacz, 2021. Disponível em:
<<https://www.fag.edu.br/novo/arquivos/anais/2021/Arquitetura%20-%20Millena%20Fernanda%20Bedin.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**. Análise Social, v. 127, p. 711-732, 1994.

CASCADEL. **Diagnóstico Plano Municipal de Habitação** – Secretária Municipal de Planejamento e Urbanismo. 2010.

CASCADEL. **Mapa de Zoneamento**. 2016. Disponível em:
<<https://cascavel.atende.net/cidadao/pagina/mapas-em-pdf/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1630295845796&file=76xmu0yd2cfuvui7jt6ds1rjiqtyoutm25wjrska&sistema=WPO&classe=UploadMidia>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

CASCADEL. **História**. 2021. Disponível em: <<https://cascavel.atende.net/cidadao/pagina/historia>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

CNM - Confederação Nacional de Municípios. **Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros** – Gestão 2017-2020. Brasília, DF: CNM, 2017.

DIAS, Caio Smolarek; FEIBER, Fúlvio Natércio; MUKAI, Hitomi; DIAS, Solange Irene Smolarek. **Cascavel: um espaço no tempo. A história do planejamento urbano**. Cascavel: Sintagma Editores, 2005.

FERREIRA, João Sette Whitaker (Org.). **Produzir casas ou construir cidades?** Desafios para um novo Brasil urbano. São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012.

GARCIA, Cecília. **Projeto "Arquitetura na Periferia" ensina mulheres a construir suas casas**. 28 abril 2020.
Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/910653/projeto-arquitetura-na-periferia-ensina-mulheres-a-construir-suas-casas>>. Acesso em: 8 maio 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** • IBGE Explica. 2016. (3m51s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Fev2MHAa-qo&t=9s>>. Acesso em: 8 mar. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Objetivo 11** – Cidades e Comunidades Sustentáveis. Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=11>>. Acesso em: 8 de mar. de 2021.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Relação dos municípios segundo as regiões geográficas do Paraná** – 2012. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_regiao_geografica_parana.pdf>.
Acesso em: 8 mar. 2021.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Perfil do Município de Cascavel**. 2021. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=164&btOk=ok>. Acesso em: 27 ago. 2021.

JÁUREGUI, Jorge Mario. **Urbanismo Social**. Desafios do Desenvolvimento. Brasília, ano 7, ed. 63, 19 nov. 2010.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARICATO, Erminia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. 6ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

MONTANER, Josep Maria. MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e política**: ensaios para mundos alternativos. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MONTEZUMA, Roberto. **Arquitetura Brasil 50 anos**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

MONTOYA, Nataly Restrepo. **Urbanismo social en Medellín**: una aproximación a partir de la utilización estratégica de los derechos. Estudios Políticos. Medellín, n. 45, p. 205-222, jul./ago. 2014.

ONU BRASIL. **A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2017a. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/sobre/>>. Acesso em: 12 abril 2021.

ONU BRASIL. **A Integração dos ODS**. 2017b. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/os_ods/>. Acesso em: 12 abril 2021.

Riviera: famílias realizam sonho da casa própria. **Portal CATV**, Cascavel, 2017. Disponível em: <<https://catve.com/noticia/6/194643/riviera-familias-realizam-sonho-da-casa-propria>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

RODRIGUES, Rute Imanishi. **Cidadania e a habitação social**. Boletim de Análise Político-Institucional (BAPI), n. 29, p. 145-153, jun. 2021.

ROLNIK, Raquel. CYMBALISTA, Renato. NAKANO, Kazuo. **Solo urbano e habitação de interesse social**: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. Revista de Direito da ADVOCEF. Porto Alegre, ADVOCEF, v.1, n.13, p. 123-157. 2011.

ROSSATO, Graziela Rubin. BOLFE, Sandra Ana. **O desenvolvimento da habitação social no Brasil**. Ciência e Natura. Santa Maria, v. 36, n. 2, p. 201-213, mai./ago. 2014.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação social, habitação de mercado:** a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro. São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2010.

SIMIONI, Tainã Lopes et al. Obra não publicada. **Disciplina: Estágio de Urbanismo.** CAU FAG: Cascavel, 2018.

TRANSLABURB. **Filosofia.** Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 2021. Disponível em:
<<https://translaburb.cc/Filosofia>>. Acesso em: 8 maio 2021.

VILLAGE CONSTRUÇÕES. **Residencial Jardim Riviera.** 2021. Disponível em:
<<https://villageconstrucoes.com.br/obras-realizadas/residencial-jardim-riviera>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação.** Global Editora, 1986.